

OBSERVARE 1st International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>

Os BRICS na Nova Ordem Internacional

Marco António Martins
Universidade de Évora

Palavras chave: BRICS, Poder, Geopolítica, Relações Internacionais, Diplomacia Pública

Pretende-se destacar a importância das potências emergentes BRICS, com especial ênfase para o Brasil, a República Popular da China e a África do Sul, na redefinição da nova ordem mundial e o impacto na segurança internacional. Importa igualmente enquadrar a análise numa perspectiva da diplomacia pública que representa um recurso estratégico vital para os Estados e concretamente para Portugal na elaboração da sua política externa. Anotemos que a diplomacia pública consiste no somatório de todas as actividades de comunicação dirigidas a elites e à opinião pública em geral que a longo prazo detém por objectivo influenciar a imagem e a percepção de um país. Assim, importa analisar também a diplomacia pública a curto, médio e a longo prazo no quadro dos BRICS no âmbito da construção da nova ordem mundial, dado que estes 5 países têm vindo a desenvolver uma nova estratégia na defesa do interesse nacional e na definição da política externa.

Marco António Martins – Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. É Professor da Universidade de Évora, tendo desempenhado as mesmas funções na Universidade Autónoma de Lisboa na área de Relações Internacionais. É investigador no OBSERVARE (UAL), no Instituto do Oriente e no NICPRI. Possui diversos artigos científicos publicados em revistas da especialidade com *referees*. É Auditor em Política Externa Nacional pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Os BRIC na nova ordem internacional

Marco António Batista Martins¹

Resumo

Pretende-se destacar a importância das potências emergentes BRIC, com especial ênfase para o Brasil, na redefinição da nova ordem mundial. Importa igualmente enquadrar a análise numa perspetiva da diplomacia pública que representa um recurso estratégico vital para os Estados e concretamente para Portugal na elaboração da sua política externa.

Palavras-chave: BRIC; Portugal; diplomacia pública.

Abstract

The aim is to highlight the emerging BRIC countries, with special emphasis on Brazil, in redefining the new world order. It is also required to analyze in a perspective of public diplomacy that represents a strategic resource for states and specifically for Portugal in the preparation of its foreign policy.

Keywords: BRIC; Portugal; public diplomacy.

¹ Doutor em Relações Internacionais (ISCSP). Professor da Universidade de Évora. Investigador integrado do NICPRI, colaborador do Instituto do Oriente e do OBSERVARE.. Texto com o apoio da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia. O presente texto obedece ao novo acordo ortográfico.

1. A Realidade BRIC

O sonho BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) que partiu da imaginação de um ser humano, Jim O'Neill, na Goldman Sachs na procura de potenciais mercados alternativos de investimento acabou por criar uma realidade na qual se utilizam projeções demográficas, modelos de capital acumulado, análises de crescimento produtivo para além de se destacar o PIB e a respetiva evolução *per capita*. Importa destacar que a perceção global da realidade BRIC consiste na tendência crescente da formação de blocos ora regionais ora locais provocando uma reconfiguração gradual da dinâmica operacional da arena internacional onde as potências emergentes se posicionam com as suas próprias características, tornando-se cada vez mais em atores e parceiros estratégicos para o funcionamento e o equilíbrio da política internacional e da economia mundial assentes num mercado competitivo e interdependente. No caso do Brasil, enquanto potência emergente, tem vindo a desempenhar um papel de aproximação económica e diplomática junto de outros países BRIC, adotando para isso novas formas de atuação onde se possa concretizar e evidenciar uma maior presença brasileira no campo da diplomacia multilateral em organizações como as Nações Unidas, nomeadamente no desejo reiterado pela atual Presidenta Dilma Rousseff do Brasil se tornar num membro permanente do Conselho de Segurança.

Efetivamente, do sonho à realidade, o caminho percetivo realiza-se na arena internacional colocando no mesmo plano analítico realidades díspares, onde a pobreza, a riqueza, a paz, os conflitos, as religiões, as culturas, as sociedades, as estruturas institucionais do Estado convivem diariamente. Verifica-se por conseguinte que os BRIC são países diversificados nos quais se encontram um denominador comum dividido em três vetores: (1) elevado índice populacional; (2) o grau de desenvolvimento; (3) a taxa de crescimento. A par do crescimento económico, advém em simultâneo um posicionamento estratégico cuja influência é potencialmente crescente na reconfiguração da ordem mundial. Aliás, os BRIC correspondem à expectativa dinâmica das relações internacionais na qual observamos simultaneamente desintegração e integração de Estado a partir do contexto pós-Guerra Fria.

Assim os BRIC, posicionam-se cada vez mais na qualidade de atores-chave e não mais secundários. Confirma-se que cada um dos BRIC, não permanecendo isolados, se tornaram nos principais motores e protagonistas da transformação da ordem internacional quer numa ótica de mercado e de desenvolvimento económico quer no quadro da integração regional e no processo de democratização em nome do equilíbrio e da transparência para reequilibrar o mercado.

2. A redefinição do sistema internacional

A instabilidade e a inconstância marcam não só a natureza do próprio homem como também o desejo de uma redefinição do papel do Estado enquanto entidade soberana e reguladora quer da ordem interna quer da externa. A primeira década do século XXI revela uma realidade baseada numa perspetiva norte-americana da *realpolitik* por assistir via CNN, no fatídico dia 11 de setembro de 2001, conhecido por 9/11, aos ataques perpetrados pelos *poderes erráticos* (Moreira, 2002) qualificados de terroristas em Nova Iorque. Essa realidade projeta o mundo e o Homem para caminhos incertos de ordem aparentemente indefinível onde interagem regimes antagónicos pautados pela defesa de interesses ora convergentes ora divergentes.

A presente mudança insere-se paralelamente numa transformação inigualável do ponto de vista da conjuntura mundial da sociedade em que através da cibernética verificamos a inexistência de lugares intangíveis neste caminho para a unidade virtual do mundo. Perante o ambiente externo regido pela contínua forma de instabilidade político-económica, o Homem procura substituir os instrumentos que regiam até ao eclodir da crise financeira mundial. Esta sociedade, agora qualificada de global, perspetiva uma observação da imagem real do mundo inserida numa cosmovisão do lugar do Homem na redefinição geopolítica da hierarquia das potências.

Atualmente, dois caminhos parecem sobrepor-se, por um lado, a *cyborgisation* da vida do Homem e, por outro lado, o regresso gradual dos valores básicos no plano humano. Regresso, pelo facto de os mecanismos tecnológicos, acompanhados pelo escalar da necessidade de poder, levarem à obsessão do reflexo da imagem que se traduz na mudança global de todo um sistema internacional edificado a partir de Westphalia (1648). A atenção foca-se na perspectiva do ser humano envolvido na sociedade civil para tentar compreender a *complexidade crescente* da ordem internacional a que se encontra sujeito, dado a multiplicidade de identidades, a proliferação de estruturas e novos atores no subsistema internacional.

Aliás, referente à *complexidade crescente* e ao processo biológico de *hominisation* observados pelo Padre Teilhard de Chardin (1881-1955) no *Fenómeno Humano* (1955) (Chardin, 2000), ampliáramos aqui à implicação da noção de continuidade e descontinuidade ao diferenciar o real do irreal e de igual forma das distintas conexões de rede que se estabelecem, dessa espécie de sentimento de dualidade e posteriormente de cumplicidade virtual, na qual se parte à descoberta do papel do Homem, do objeto humano à medida que as relações internacionais evoluem.

O surgimento de novos atores que têm vindo a utilizar a extensão de sistemas virtuais e vias de comunicação, desde o tradicional correio ao mundo cibernético, extinguem as distancias e as fronteiras físicas dos Estados, convergindo o globo num único ponto o que provoca um novo posicionamento do papel do Homem no mundo, possibilitando o despertar de um estado de implosão social em resultado da ausência de identidade sentida por cada ser humano, para além da ansiedade e da violência geradas. A sobrevivência em ambiente hostil leva inevitavelmente à criação de outros ambientes considerados de seguros nos quais o Homem deverá entrar novamente numa espiral de processos de readaptação entre ordem, desordem, caos, paz e conflito. A dimensão deste novo mundo tem vindo a gerar uma evolução da condição humana que qualificaríamos de *descontinuidade da existência humana*, não significando porém o desaparecimento momentâneo do ser humano, mas sim na procura de novas respostas e perguntas no papel do Estado, do mercado e do Homem.

Assim sendo, redescobrimos a memória dos tempos vividos na relação entre dois ambientes, o externo e o interno numa lógica da *autopoiesis* (Maturana & Varela, 1980). Segundo Humberto Maturana a *autopoiesis* consiste no exame dos seres vivos na qualidade de sistemas autónomos cuja produção de moléculas e interações compõem a mesma rede e extensão, isto é, o sistema identificado, em termos de unidade, consiste no processo de produção em rede de transformação e de destruição que por sua vez causam a criação de novos componentes e que através de um contínuo processamento de interações e transformações acabam por regenerar e realizar consecutivamente processos de formação de redes de relações (Maturana & Poerksen, 2004). Consideramos que as relações internacionais operam no sistema vivo e pertencem ao meio envolvente do ser vivo, originando fenómenos de relações em rede e de interações com implicações no comportamento do Homem, para além de repercussões quer na esfera de atuação dos estados enquanto atores quer na condução da política internacional. Entendemos que as perturbações ao meio envolvente incitam à adaptação do sistema vivo, neste caso particular do Homem perante a nova realidade com que se depara, levando-o a adequar o comportamento e a ativar consequentemente mudanças estruturais do sistema internacional do ambiente interno para o externo. Realçamos a capacidade de resposta do Homem às perturbações ao meio envolvente na garantia da sua sobrevivência. O Homem demonstra não só habilidade adaptativa como também seletiva na utilização das estruturas representativas do estado cujo poder de decisão se destina ao exercício de influenciar o ambiente externo e de defender o respetivo interesse nacional. É nesta circunstância que consideramos a *autopoiesis* desenvolvida por Maturana enquanto modelo autorregulador dos seres vivos, concretamente do indivíduo no envolvimento da esfera doméstica, levando-o para a arena internacional em caso de necessidade imperativa na procura de alternativas às perturbações a que fora sujeito. Todo este processo em curso de procura de uma nova ordem mundial nem pode nem deve ser inserido numa perspetiva unicamente ocidental. Trata-se sim, da inclusão de famílias, de grupos, de regiões, de sub-regiões, cujos comportamentos sociais, religiosos, culturais, políticos e económicos acabem por deter um ponto de convergência na defesa do interesse nacional em termos de uma nova agenda internacional, no combate ao crime, à pobreza e à exclusão.

Torna-se, por conseguinte, evidente a necessidade imperativa da vertente política do estado que na sua dimensão partidária, cada vez mais afastada da sociedade civil, ora por ineficácia ora por desconfiança e descrédito das políticas implementadas, de restaurar o reequilíbrio da sociedade no acesso aos direitos fundamentais. O restabelecimento da ligação entre o escol político e a sociedade civil deve considerar a complexidade da aproximação do cruzamento de caminhos nos mais variados estados dinâmicos temporais que compõem a estrutura das relações internacionais na formação de sistemas e de subsistemas de redes que comunicam num mundo no qual o caminho para a *cyborgisation* do indivíduo se tem vindo a converter. Retoma-se a perspetiva de Donna Haraway no tocante ao incentivo do desenvolvimento de estruturas tecnológicas da *polis* que visam a alteração do próprio conceito de relações sociais na *oikos*, fraturando as referências identitárias (Haraway, 1991). Esta sociedade reclama uma identidade, diríamos uma consciência de identidade que se traduz no caminho a encontrar, no qual se procuram raízes de outrora para explicar o agora e colmatar o desfasamento de diálogo entre a sociedade civil e o escol político.

Daí a aplicação da *autopoiesis*, pelo facto do sistema social basear-se na vida e na ligação de consciências (sistemas psíquicos) e, igualmente, na relação entre seres humanos, o que implica uma dinâmica de coordenação das ações, da dependência em relação à atitude do ator na arena internacional, do tipo de motivação e, por último, na seleção da resposta à perturbação. A congregação de valores comuns não só origina como define a participação e a seleção por parte de cada um dos indivíduos e dos respetivos papéis a que se destinam na constituição de uma comunidade na qual partilham esses mesmos valores ou objetivos a realizar do meio interno ao meio envolvente, do aparelho político-partidário ao mercado internacional.

Refira-se que surgirão no sistema psíquico pressões de domínio, de agressividade, de submissão e de abandono na convergência do confronto diário a que o Homem é submetido. A capacidade *autopoiética* revela-se determinante na hierarquização dos atores intervenientes, concretamente na identificação dos limites do sistema, da divisão de forças e da localização geográfica que servirá como indicador do grau de risco de ocorrência de conflitos. Nas relações internacionais a formação de alianças depende da homogeneidade (de estruturas e de princípios/valores semelhantes) ou da heterogeneidade (de estruturas e princípios/valores diferentes) do sistema e da capacidade de influência junto dos centros de decisão de outros atores (Aron, 1992).

Para além da multipolaridade ou da defesa da unipolaridade, emerge num outro sistema que segundo Richard Nathan Haas (2008) se diferencia dos restantes por se caracterizar pela não-polaridade e por surgir num momento de combate à tendência hegemónica ambicionada pelos Estados Unidos. Em contraste com a polaridade, a não-polaridade envolve múltiplos atores que dificultam a manutenção da estabilidade do sistema internacional por procurarem o exercício da sua influência na arena global. A instabilidade no sistema não-polar pode contribuir para o incremento de ameaças no ambiente interno, tais como o terrorismo, as operações no mercado financeiro, o investimento, o comércio, afetando consequentemente a estrutura do Estado das finanças à política.

A não-polaridade perturba a diplomacia dos estados quer bilateral quer multilateral, resultante da imprevisibilidade das ameaças e da identificação de aliados ou potenciais adversários pelo facto de variarem o *modus operandi* conforme o ambiente em que se movem, cooperando ou não consoante o interesse que venha a deter nesse particular momento. A não-polaridade institui um ambiente perturbador e perigoso, sendo necessário optar por uma cooperação multilateral no intuito de incrementar o grau de integração global na promoção da estabilidade, dado que na rede económico-financeira a interdependência provoca uma reação institucional no sentido de que nenhum estado se encontre autoimune à realidade neoliberal que acabou por agravar a pobreza à escala global.

3. A importância da Diplomacia Pública e o posicionamento de Portugal

O conceito de diplomacia pública é apadrinhado no ano de 1965 pelo decano e diplomata de carreira Edmund Gullion da *Fletcher School of Law and Diplomacy*, da *Tufts University*. A diplomacia pública acabara por ser formalmente adotado pelo governo norte-americano na década de 70, tendo por

objetivo influenciar a opinião pública externa. Note-se que um dos instrumentos da diplomacia pública consistiu na *United States Information Agency* (USIA de 1953 a 1999) entre as décadas de 80 e 90. Atualmente, na *Fletcher School of Law and Diplomacy*, o *Edward Murrow Center* tem por incumbência a formação académica nessa área em conjugação com as Relações Internacionais, a Diplomacia e o respetivo desenvolvimento na arena internacional.

Além disso, a diplomacia pública visa a interligação científica com a elaboração e a definição da política externa, detendo em consideração o impacto junto da opinião pública externa e do respetivo centro de decisão do estado. Por conseguinte, a diplomacia pública visa influenciar os cidadãos de um estado, utilizando para esse efeito instrumentos que estejam ao seu alcance como por exemplo a informação, a educação, a cultura e o turismo, cumprindo uma gestão estratégica de longo prazo das principais redes comunicativas numa relação governo a cidadão. Salientamos para a importância da perceção marca/país no mercado global nos casos britânico, *Rebranding Britain*, espanhol sob a liderança Aznar, intitulado *Proyecto Marca España* e sob Zapatero, *Alianza de Civilizaciones* (Noya, 2007).

Neste contexto, a diplomacia pública para ser devidamente implementada deve enquadrar-se numa perspetiva a curto, médio e longo prazo. A curto prazo, no quadro da reafirmação dos objetivos estratégicos, executa-se uma gestão criteriosa das notícias por parte profissionais da área da comunicação do governo, tendo em consideração os acontecimentos e as respostas a cenários hipotéticos, nomeadamente em campanhas de desprestígio. Por sua vez, a médio prazo, a comunicação estratégica selecionada visa neste caso influir ativamente a agenda informativa, provocando para esse efeito acontecimentos ou organizando determinadas atividades para alcançar uma maior projeção e valorização da imagem de um país no exterior. A longo prazo, visa-se o estabelecimento de ligações efetivas de ordem social, cultural desde que cumpram o interesse estratégico, sobretudo no reconhecimento de valores. Utiliza-se, neste último caso, uma rede de intermediários que se encontrem afastados do núcleo político ou do poder para garantir um incremento da confiança junto da sociedade, requerendo para esse efeito, profissionais procedentes das mais diversas áreas, desde empresas, ONG's, partidos, sindicatos, órgãos de comunicação.

Diga-se de passagem, que até recentemente utilizava-se a via de *soft power* em alternativa ao recurso de *hard power*, tendo sido acrescentado uma terceira opção estratégica, a de *smart power* (Armitage & Nye, 2007) que consiste na implementação de políticas vencedoras nas quais se conjugam os instrumentos de cariz diplomático com os económicos, militares, jurídicos e culturais. Esta opção tem vindo a ser gradualmente realizada pela administração norte-americana liderada por Barack Obama e igualmente pelos BRIC. Esta via, em conjugação com a diplomacia pública, surge na qualidade de fonte alternativa de poder no controlo do ambiente externo e mormente na legitimação do interesse nacional na afirmação geoestratégica de projeção global dos estados nas relações internacionais.

No âmbito de Portugal, a política externa define-se pela sua estratégia diplomática em oito linhas: (1) África Subsariana; (2) América do Norte, América Latina e Caraíbas; (3) Europa não UE, da Rússia ao Balcãs, incluindo organizações regionais como a Comunidade de Estados Independentes, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva e a Organização de Cooperação de Xangai; (4) Médio Oriente e Magrebe; (5) Ásia e Oceânia, destacamos a ASEAN, a ASEM, Timor Leste e a Índia; (6) Multilateralismo, especial ênfase para as Nações Unidas, na qualidade de membro não-permanente do Conselho de Segurança durante o biênio 2011/2012; (7) CPLP; (8) Segurança e defesa, NATO, PESD bem como participação em todos os acordos de desarmamento e não-proliferação.

Porém, apesar da intensificação da atuação diplomática por parte de Portugal, não deixa de ser interessante sublinhar que a diplomacia pública se encontra, todavia numa fase embrionária. Salienta-se o esforço que tem ocorrido na última década por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a sua integração na política externa, no tecido empresarial no estrangeiro, nomeadamente na identificação de nichos de mercado de investimento estratégico no que respeita à dinamização da economia nacional na procura da vantagem competitiva no mercado internacional e na recuperação da credibilidade. Para isso, o Ministério dos Negócios Estrangeiros apoia-se entre outros com o Instituto Camões e com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP). Portugal tem demonstrado gradualmente que a diplomacia pública representa um recurso vital nas relações

internacionais contemporâneas, na qual a opinião pública detém um papel fundamental na construção da imagem de um país/marca em consonância com a competitividade global e a defesa do interesse nacional.

4. A formação em rede do sistema BRIC, BRICS, BRICSAM e a posição de Portugal

Anotemos o ano de 2001 não só por marcar o 11 de setembro, mas por Jim O'Neill, do Banco de Investimento Goldman Sachs, no dia 30 de novembro ter criado o acrónimo BRIC para Brasil, Rússia, Índia e China no relatório intitulado "*Building better global economic BRICs*". Os BRIC surgem assim como uma nova oportunidade de investimento dado que o crescimento no mercado bolsista de 30 de novembro de 2001 a 23 de novembro de 2007 corresponder a: Brasil 369%; Índia 499%; Rússia 630% e a China 201% (A-Share) ou 817% (Hang Seng China Enterprises Index –HSCEI) (O'Neill, 2007). Para a Goldman Sachs as economias emergentes BRIC simbolizam a longo prazo o motor mundial e o sistema autorregulador para controlar a volatilidade do mercado internacional. Neste contexto, na sequência do 11 de setembro, a Goldman Sachs procura nos BRIC a resposta para estimular o equilíbrio da política económica mundial, através da oferta de mercados alternativos de investimento e da identificação de polos intrarregionais cuja dinâmica económica seja transversal aos aspetos políticos nas relações bilaterais com os Estados Unidos, visto o objetivo consistir na criação de centros financeiros que possam ajudar a ultrapassar situações de crise mundial.

Efetivamente, trata-se de um bloco inexistente do ponto de vista organizativo e formal, mas que na realidade tem vindo a afirmar-se na arena internacional derivado das projeções demográficas, de modelos de capital acumulado, do crescimento produtivo, do PIB e da evolução *per capita*, colocando o ser humano ao mesmo nível de dígitos financeiros. Todo este processo parte de Nova Iorque, da venda de um sonho à escala global, colocando no mesmo plano analítico realidades díspares, onde a pobreza, a riqueza, a paz, a guerra, as religiões, as sociedades, as políticas e as empresas convivem e sobrevivem diariamente com insuficiências de práticas ambientais e de ausências de controlo rigoroso energético. Salienta-se que o Brasil surge como um gigante regional; a Rússia constitui um fator chave em termos energéticos e no quadro da estabilidade da política internacional; a Índia refere-se como a maior democracia mundial e potencial mercado de consumidores; a China insere-se na qualidade de Estado autoritário de economia capitalista e igualmente possuidora de um enorme mercado de consumidores.

Além disso, em matéria de BRICS, inclui-se a África do Sul pelo facto das indústrias, cidades, aeroportos e sistemas telefónicos serem comparáveis aos da Europa e o sucesso económico aos países asiáticos. Apesar de se encontrar pobreza e exclusão social quer nas zonas rurais quer nas urbanas, o termo de democracia associa-se à capacidade da elite política reduzir a diferença entre ricos e pobres e entre as condições de vida e de cidadania de brancos que representam 9,2%, e de negros 79% para uma população de cerca de 48.687 milhões (estimativa 2008) (Koelbe, 1999).

Por seu turno, o *Center for International Governance* (CIGI), tem vindo a desenvolver o projeto BRICSAM que consiste primariamente na recolha de informação e discussão sobre o caminho das economias emergentes. Neste caso, opta-se pela inclusão do Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, ASEAN e México por terem impacto nos próximos 3 a 5 anos na economia global, derivado da sua importância. A assinalar que no seio dos BRICSAM, as políticas públicas residem na criação de um ambiente estável e favorável ao investimento que permita o incremento dos rendimentos e à resposta dos potenciais efeitos emanados do crescimento económico no espectro político, social e ambiental.

A partir deste ponto, uma mudança da arquitetura da economia global e da governação financeira torna-se inevitável. A modificação afetaria a forma de elaboração de políticas nas áreas como o comércio, a exploração dos recursos naturais, o investimento, a propriedade intelectual, a migração, a educação e o trabalho. Paralelamente, o principal objetivo do Canadá abrange o reajustamento das exportações e importações no âmbito da balança comercial para além de pretender antecipar estrategicamente o investimento e as políticas de desenvolvimento adequadas tendo em linha de conta

o seu posicionamento em cada um dos mercados para diminuir a interdependência em relação à economia norte-americana.

No tocante a Portugal, recordemos a Presidência Europeia no segundo semestre de 2007, na qual tiveram lugar cimeiras estratégicas com os BRIC, sendo de destacar:

(1) 1ª Cimeira Empresarial Brasil – UE, Lisboa, 04 de julho de 2007: procede-se ao reforço da parceria UE – Brasil, tendo em vista o MERCOSUL, a inovação e a oportunidade de incrementar o investimento direto externo.

(2) 9ª Reunião Geral da Mesa Redonda de Industriais da UE – Rússia, Lisboa, 25 de outubro de 2007: o principal objetivo consiste no fortalecimento da cooperação UE – Rússia, nos setores vitais como o energético, as finanças, a informação tecnológica, os transportes, a construção/materiais.

(3) 20ª Cimeira Rússia – UE, reunião dos Chefes de Estado e Governo, Mafra, 26 de outubro de 2007: da temática abordada salientamos os direitos humanos, o espaço comum de segurança externa, a educação, a cultura, a investigação, a Organização Mundial de Comércio e as alterações climáticas.

(4) 10ª Cimeira China – UE, Pequim, 28 de outubro de 2007: é efetuada a revisão do desenvolvimento e do reforço das relações bilaterais.

(5) 8ª Cimeira Índia – UE, sob o tema “Sustentabilidade através da Tecnologia e da Inovação”, Nova Deli, 29 de novembro de 2007: fica patente o melhoramento das relações UE – Índia bem como o apoio comercial e industrial. Dos temas abordados, a principal preocupação concentra-se no agravamento e na degradação do meio-ambiente e dos problemas derivados da alteração climática.

Precisamente, a Presidência Europeia de 2007 que permanece registada pela conclusão do Tratado de Lisboa constitui um exemplo marcante não só do campo diplomático e económico mas também da prossecução da diplomacia pública até aos dias de hoje. Leia-se recentemente a importância da escolha da diplomata portuguesa Ana Paula Zacarias para chefiar a delegação da UE em Brasília para efetivar o reforço da ligação do eixo Brasil-UE, nomeadamente em áreas estratégicas como a cultura, a política internacional e a economia. Portugal no sentido de reconquistar a sua imagem e de incentivar os mercados internacionais na recuperação da sua credibilidade tem vindo a esforçar-se para se posicionar na arena internacional na qualidade de um parceiro estratégico que corresponda à nova dinâmica do mercado internacional, onde aparentemente se exige um maior controlo do Estado.

Portugal no campo de ação dos BRIC deve ter em consideração que o Brasil pretende uma reforma profunda do sistema financeiro internacional para além de se projetar não só numa ótica regional como mundial. Em contraponto, a Rússia visa particularmente a criação de uma nova ordem económica global onde haja equilíbrio e estabilidade na obtenção de investimento e na edificação de novos nichos de mercado. Por seu turno, a Índia, a curto prazo pretende acompanhar o ritmo de crescimento económico da República Popular da China para prosseguir a política de integração dos mais desfavorecidos na sociedade. Por último, a República Popular da China tem por desiderato o estímulo do consumo interno para recuperar e manter a taxa de crescimento a dois dígitos.

5. Notas finais: a afirmação dos BRIC

Num cenário de médio/longo prazo, os Estados Unidos deverão inevitavelmente aprender a partilhar o poder com os BRIC, nomeadamente com o Brasil, tendo que programar uma nova estratégia na sua agenda das relações internacionais. De facto, tendo em consideração as diferenças culturais e respetivos sistemas político-sociais, existe um objetivo comum que é o de erradicar a pobreza e fomentar o papel da mulher, para além de melhorar a utilização dos recursos energéticos e respeitar o ambiente. Torna-se assim impreterível enfrentar a miséria e os contrastes sociais para descolar economicamente e socialmente para ir ao encontro de uma sociedade justa e harmoniosa, pela aplicação de uma economia do conhecimento e do desenvolvimento sustentável numa forma que consiga responder às especificidades e às necessidades políticas, sociais e económicas de cada um dos BRIC.

As economias BRIC podem qualificar-se de heterogéneas, mas a homogeneidade encontra-se presente na capacidade de crescimento e de sobrevivência, onde a globalização surge como um meio

de oportunidades extensivas no quadro da integração global. Justamente, apesar da globalização, concretamente do seu efeito, na redução das distâncias e no desenvolvimento virtual do ciberespaço, devemos perspetivar quatro dimensões nos BRIC: (1) cultural, em que encontramos uma característica própria a cada país na forma da abordagem e no tratamento negocial por parte das empresas e das instituições governativas; (2) administrativa onde se evidenciam a prática de diferentes políticas; (3) geográfica, no sentido de se atribuir um custo ao transporte e à comunicação derivado das distâncias; (4) económica, na desigualdade dos custos, dos salários e no acesso aos recursos naturais bem como às fontes financeiras e recursos humanos (Hemant, 2008). Neste quadro, a ambiguidade negocial sobressai e termina por se exigir um maior rigor na eliminação da pobreza extrema e na reforma institucional na defesa dos respetivos interesses nacionais.

Com efeito, Portugal deve adaptar-se a este novo sentido da diplomacia pública no redesenhar do mapa post-11 de setembro. Para isso, a conjugação de inúmeros vetores na arena internacional deve transpor a projeção e a dinamização da venda da imagem de um estado, tendo apenas por objetivo o crescimento económico e a captação de investimento direto externo enquanto a população ou sociedade civil acompanha o processo num regime autopoietico de sobrevivência e de adaptação ao meio envolvente, detendo a possibilidade de destronar ou de alterar o paradigma vigente.

Por último, a reconfiguração e a complexidade crescente do sistema internacional traduzem o evoluir de uma nova perceção espaço-temporal do lugar do Homem no mundo, onde se cruzam a defesa do interesse nacional dos estados como uma extensão do domínio doméstico para a esfera internacional no caminho para uma *cyborgisation* de cada indivíduo no mundo virtual cujas fronteiras físicas estaduais acabam por desvanecer-se, sendo substituídas por *hyperlinks*. Se por um lado, as relações internacionais caminham para uma maior complexidade, por outro lado, o Homem exige na procura da afirmação da sua identidade o regresso ao mais básico da essência humana que consiste no direito à vida.

Bibliografia

- ARMITAGE, R. L., & NYE, J. S. (2007, November 6). *A Smarter, More Secure America*, publicado em CSIS [http://csis.org/files/media/csis/pubs/071106_csissmartpowerreport.pdf]. Disponibilidade: 15/03/2011.
- ARON, Raymond (1992). *Paix et Guerre entre les Nations* (8ème ed.). Paris: Calman-Lévy.
- CHARDIN, Pierre T. (2000). *Le Phénomène Humain*. Paris: Seuil.
- HAASS, Richard N. (2008, May-June). The Age of Nonpolarity. What Will Follow U.S. Dominance. *Foreign Affairs*, Vol. 87, Nº 3, p. 44-56.
- HARAWAY, Donna J. (1991). *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*. New York: Routledge.
- HEMANT, Merchant (2008). *Competing in Emerging Markets. Cases and Readings*. New York: Routledge.
- KOELBLE, Thomas E. (1999). *The Global Economy and Democracy in South Africa*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Noya, Javier (2007). *Diplomacia Pública para el Siglo XXI. La gestión de la Imagen Exterior y la Opinión Pública Internacional*. Madrid: Ariel.
- MATURANA, Humberto R., & Varela, F. J. (1980). *Autopoiesis and Cognition. The Realization of the Living*. Boston, London: D. Reidel.
- MATURANA, Humberto R., & POERKSEN, B. (2004). *From Being to Doing. The Origins of the Biology of Cognition*. Heidelberg: Carl-Auer Verlag.
- MOREIRA, Adriano (2002). *Teoria das Relações Internacionais* (4ª ed.). Coimbra: Almedina.
- O'NEILL, Jim (2007). *BRICs and Beyond*. Goldman Sachs Group.